

# Violência robustece a economia

» DIOCLÉCIO CAMPOS JÚNIOR  
Médico, professor emérito da UnB (dicamposjr@gmail.com)

As duas formas de violência fortalecem a economia global: a não dolosa e a dolosa. A violência não dolosa cresce a olhos vistos. Está na gênese dos indicadores econômicos que projetam países como o Brasil no contexto internacional. A relação de causa e efeito é patente. Ao se globalizar modelo único de sociedade, o mundo ficou mais violento.

Para o pensador belga Ernest Mandel, uma coisa está ligada à outra. É a alma do capitalismo consumista. Consumismo é modalidade sutil de violência, porque ignora limites éticos ao incentivar o vício da compra inconsequente. Nunca o ter foi tão superior ao ser. O fascínio do ter perverte o ser e faz dele mero objeto da lógica materialista. Abundância extravagante é paisagem da sociedade de consumo. Sabe seduzir para roubar os parcos recursos da economia doméstica. O gasto desnecessário ganhou status de avanço social. Poupar é retrato do passado. Em breve, será enquadrado como ato lesivo à cidadania.

Não se admite discutir outro modelo de sociedade que não a de consumo. Considera-se inimaginável um mundo feliz sem o entulho da mercadoria supérflua. Promoção humana virou sinônimo de acúmulo de bens materiais, não de intelecto. Educação não se cultiva, compra-se. Leitura já não requer concentração, só digitação em parafernália mais atraentes que o conteúdo dos textos. Inclusão social cedeu lugar à inclusão digital. A era do cérebro substituiu-se pela era do dedo. Escola é rota para concursos, não mais templo da formação em humanidades. Ética é utopia poética, nada mais.

Elites regozijam-se diante da facilidade em navegar nas ondas seguras do poderio negocial entranhado na cultura dos tempos modernos. A violência não dolosa do poder dominante multiplica fortunas com rapidez jamais vista. Tudo é lucro. A liberdade de exploração é plena. Qualquer sorte de emprego é essencial. Não importa o valor do salário pago nem o que produz. O recurso do crédito é a solução mágica. Incha o ego e o bolso do credor. Aniquila o devedor. O que conta é o número crescente de escravos do consumo. O resto é balela moral de mentes ultrapassadas.

O cenário urbano de hoje é fotografia do involucionismo da espécie. Ruas, praças, avenidas, calçadas e demais espaços públicos já não são a mesma coisa. Converteram-se em pátios de montadoras repletos de automóveis que transitam com a velocidade das antigas carroças. As rodovias são túneis da morte. No ano passado, 42 mil brasileiros morreram em acidentes de trânsito. Nada disso importa. Vender carros é a meta a ser realizada a

qualquer preço, inclusive ao da propaganda enganosa que nunca mostra o automóvel circulando morosamente nas centenas de quilômetros de lentidão que desqualificam o cotidiano das cidades. Transporte coletivo de qualidade é conversa para boi dormir. Não aquece a economia. É projeto que todos os governos brasileiros trancaram na gaveta. Corre risco de ir para o lixo. A indústria automobilística comanda o espetáculo nas ruas e governa o país nos bastidores.

Até o comércio rompeu as barreiras que racionalizavam sua expansão. Vale tudo. O pobre e despojado menino Jesus, cujo nascimento se comemorava no Natal, foi esquecido. Envelheceu na figura do Papai Noel, que lhe roubou a cena do presépio. Uma árvore congestionada de atrativos de consumo tornou-se símbolo daquela data. O próprio calendário mudou. O preparo para as vendas natalinas foi antecipado. Começa em outubro. É a estratégia de apropriação do 13º salário dos trabalhadores. Bonecos gigantes de Noel povoam marquises de lojas

para estimular o sonho consumista das pessoas. Forma dissimulada de violência, bem aceita pelos códigos da democracia republicana em vigor.

Segundo verbo em moda, a violência dolosa também robustece a economia. Crimes de qualquer natureza têm valor econômico. Geram empregos; expandem a indústria da segurança; justificam aumentos de efetivos policiais, compra das armas e viaturas, construção de presídios, aquisição de câmeras e outros equipamentos. Sem falar no atendimento médico-hospitalar das vítimas, atividade que desdobra outro tanto de energia econômica. Não por acaso, a mídia televisiva explora imagens da violência dolosa que, estimulada, faz subir o PIB. O Brasil caminha para posição de quinta economia do mundo. Resta saber se o fato de ser um dos países mais violentos do planeta é causa ou consequência da sua evolução econômica. Se for causa, o modelo de sociedade é condenável. Se consequência, urge mudá-lo. Se correr, o bicho pega; se ficar, o bicho come.



**ARI CUNHA**

DESDE 1960

**VISTO, LIDO E OUVIDO**

aricunha@dabr.com.br  
com Circe Cunha // circecunha.df@dabr.com.br

## Vinte e oito bilhões

A presidente da República vai executar projeto ambicioso no setor rodoviário. Nos próximos anos, investirá R\$ 28 bilhões, que alcançarão as rodovias do país. O plano é avançado. As empresas construtoras terão prioridade, desde que aprovelem o projeto. A construção será financiada pelas construtoras. Receberão empréstimos a curto prazo; terminadas as obras, em estradas de quatro pistas (na maioria dos casos), serão entregues ao governo no prazo determinado. Para tanto, as construtoras farão negócio com data marcada, sem direito a prolongar. Como o material existente no país é pouco, solução será encontrada com antecedência. Contará com todas as características da modernidade. Essa é a maneira de bem servir, evitando-se as estradas asfaltadas, e o preço total será menor.

### » A frase que não foi pronunciada

“Meu negócio é colheitadeira, não tablet!”

Senador da bancada ruralista pensando enquanto vê o filho se divertindo.

### Supremo

» Ministro Joaquim Barbosa assume e usa poderes pró e contra. O presidente é o relator, o que é exceção. Se a moda pega, vira e provoca mudança no Supremo. A mudança e defesa de assuntos abençoam a alta Corte. Ao lado, há interessados em prejudicar a liberdade, com a qual o Supremo Tribunal Federal tem levantado a cabeça a caminho de solução prática e eficiente.

vendidos sem cuidado. Cercados avulsos amontoam gás para vender aos incautos. Fadiga de material desmonta e provoca desastres. Temos assistido que, em São Paulo, o caso é corriqueiro.

### Viagens

» Governador Agnelo Queiroz viaja para os Estados Unidos. Está fazendo observações para trazer novidades.

### Blocos de pedras

» Para proteger a cidade das enxurradas que estragam passagens com terra bruta, o GDF encontrou solução. Onde há deslizamento de terra, foram colocados blocos de pedras embaladas em aço. Formam quadrado perfeito e impedem a passagem de água com lama para as pistas.

### Prainha

» O Lago Norte possui lugar para banhos. É a chamada Prainha ou Piscinão. Vendem bebidas alcoólicas, fazem coquetéis fortes. Os que bebem vão nadar, e haja perigo.

### Grécia

» Dificil a situação da Grécia. Comissão de controle externo faz sugestões de redução no orçamento e no funcionalismo. Para resolver a situação, necessita da adoção de medidas que o governo e o povo não aceitam. Alguém deve apertar o cinto.

### Mudança

» O Congresso brasileiro tenta se organizar com os novos tempos. Parlamentares recebem passagens e pagam pouco pelo dinheiro usado. O Supremo Tribunal Federal e a Receita Federal estão de olho no caminho do dinheiro.

## A nova lei florestal e a segurança jurídica

» RAUL DO VALLE  
Advogado e coordenador de Política e Direito Socioambiental do Instituto Socioambiental (ISA)

Desde outubro o Brasil tem uma nova lei florestal: a Lei Federal nº 12.651/12. Fruto de intensa e bem organizada mobilização de setores do agronegócio, insatisfeitos com a obrigação de ter de cumprir o Código Florestal até então vigente, ela nasce com objetivo certo: legalizar atividades agropecuárias irregularmente situadas em áreas ambientalmente protegidas. Ou, na linguagem do agronegócio, trazer “segurança jurídica”.

É fundamental entender suas consequências, como ela pretende conferir aos produtores rurais a tão desejada segurança jurídica e qual o custo para toda sociedade.

A primeira coisa que salta aos olhos é que teremos dois padrões de cidadãos: os que respeitaram as regras até então vigentes (Código Florestal antigo) e os que não respeitaram. Os primeiros, independentemente do tamanho de seu imóvel, terão de manter 50 metros de florestas ao redor de nascentes, 30 metros ao largo dos pequenos rios, respeitar a vegetação dos topos de morros e encostas e manter, no mínimo, 20% de seu imóvel protegido como reserva legal. Os outros não precisarão ter florestas em topos de morros e encostas, terão só 15 metros ao redor de nascentes e, dependendo do tamanho do imóvel, poderão nem ter mata ciliar ao largo dos pequenos rios ou reserva legal. É como se uma nova lei do Imposto de Renda reduzisse a alíquota apenas aos sonegadores.

O que ganham os que sempre estiveram dentro da lei? Nada. Para eles não há qualquer compensação concreta que lhes

premie por haver preservado nascentes e rios situados em seus imóveis. Pelo contrário, quem tiver 30% de sua área preservada estará dentro da lei tanto quanto alguém que tenha 3%, mesmo sendo vizinhos. Para os últimos, há tampouco qualquer incentivo concreto que lhes convença a ter uma árvore a mais do que o mínimo (bem mínimo) exigido em lei.

Não se trata apenas de um problema moral, mas também de uma bomba ambiental. Apesar de a Confederação Nacional da Agricultura (CNA), grande entusiasta da nova lei, repetir que o Brasil tem mais de 60% de vegetação nativa preservada, a verdade é que esta se encontra majoritariamente na Amazônia, na Caatinga e no que restou do Cerrado.

No centro-sul do país, a situação é diametralmente oposta. Temos hoje pelo menos 38 bacias hidrográficas, nas quais vivem mais de 50% da população brasileira, com menos de 20% de vegetação nativa. Algumas delas têm menos de 5%. Nessas regiões já há problemas ambientais permanentes, aos quais vamos nos acostumando, assim como ao trânsito nas cidades, mas que de maneira alguma devem ser encarados como normais: nascentes secas, rios assoreados, morros desabados, espécies extintas. Tudo decorrência de um desmatamento desmedido (e ilegal) no passado. Com a nova lei, e a anistia nela embutida, não teremos mais os meios legais para tentar trazer essas regiões para um patamar mínimo de conservação, algo só possível com o reflorestamento.

Outro problema da nova regra será monitorá-la. Primeiro porque, com tantas exceções, praticamente não teremos mais um padrão a ser observado. Cada caso será um caso. Dois vizinhos terão de seguir regras totalmente diferentes, a depender do tamanho da propriedade e da época em que ela foi desmatada.

Além disso, não temos imagens de satélite em resolução suficiente, com cobertura para o país inteiro, para saber o que estava ou não desmatado em 2008, data estabelecida pela lei como linha de corte da anistia. Portanto, é provável que desmatamentos feitos após essa data, que mesmo pela nova regra deveriam ser punidos, acabem sendo anistiados.

Mesmo nas áreas ainda preservadas da Amazônia, o impacto será sentido e não devemos nos espantar se o desmatamento aumentar nos próximos anos. Não só porque muitas regras de proteção à floresta foram flexibilizadas (mais de 400 mil km<sup>2</sup> de florestas de várzea ficaram sem proteção), mas também porque a sinalização dada pela nova lei é de que uma nova anistia será concedida no futuro.

A nova legislação tem de ser cumprida. A questão é saber como o proprietário rural, que acreditou que ela traria “clareza” e “segurança jurídica”, vai compreender uma regra que trata vizinhos de forma totalmente diferente. Mesmo assim esperamos que os setores representativos do agronegócio, que finalmente têm uma lei para chamar de sua, ao menos ajudem a implementá-la.